



Ministérios dos Negócios Estrangeiros, da Defesa Nacional, da Administração Interna, da Justiça, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, da Saúde e do Planeamento e das Infraestruturas

DESPACHO n.º 22/2017

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações e Audiovisual (SINTTAV), o Sindicato dos Trabalhadores da Portugal Telecom (STPT), o Sindicato Democrático dos Trabalhadores dos Correios, Telecomunicações, Media e Serviços (Sindetelco), o Sindicato dos Quadros das Comunicações (SINQUADROS), o Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios, Telecomunicações, Media e Serviços (SNTCT), o Sindicato dos Engenheiros (SERS), o Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações e Comunicação Audiovisual (STT), o Sindicato Nacional dos Engenheiros, Engenheiros Técnicos e Arquitetos (SNEET) e o Sindicato Nacional de Quadros das Telecomunicações (TENSIQ) comunicaram, mediante aviso prévio, que os trabalhadores da empresa MEO Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A., farão greve entre as 00:00 horas e as 24:00 horas do dia 21 de julho de 2017.

No exercício do direito de greve, é necessário salvaguardar outros direitos constitucionalmente protegidos, de acordo com o n.º 2 do artigo 18.º e o n.º 3 do artigo 57.º da Constituição, sob pena de irreversível afetação de alguns desses direitos.

A MEO Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. tem por objeto principal a conceção, a construção, a gestão e a exploração de redes e infraestruturas de comunicações eletrónicas, a prestação de serviços de comunicações eletrónicas, dos serviços de transporte e difusão de sinal de telecomunicações de difusão e a atividade de televisão.

A MEO Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. tem ainda como objeto a prestação de serviços nas áreas de sistemas e tecnologias de informação, sociedade da informação, multimédia e comunicação, e respetivos conteúdos, incluindo atividades de processamento e alojamento de dados, domiciliação de informação e atividades relacionadas, o desenvolvimento e a comercialização de produtos e equipamentos de comunicações eletrónicas, tecnologias de informação e comunicação, bem como a realização da atividade de comércio eletrónico, incluindo leilões realizados por meios eletrónicos em tempo real, e ainda a prestação de serviços de formação e consultoria nas áreas que integram o seu objeto social, bem como a prestação de serviços de externalização de processos de negócio



Ministérios dos Negócios Estrangeiros, da Defesa Nacional, da Administração Interna, da Justiça, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, da Saúde e do Planeamento e das Infraestruturas

e a gestão de operações da rede de mobilidade elétrica, compreendendo a gestão de fluxos energéticos e financeiros, associados às operações da rede de mobilidade elétrica, incluído a prestação de serviços afins ou complementares àquelas atividades.

A atividade desenvolvida pela empresa visa, assim, a satisfação de necessidades sociais impreteríveis, abrangidas pelo n.º 1 e explicitamente referida na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 537.º do Código do Trabalho. A não prestação daqueles serviços pode afetar de forma significativa o funcionamento de serviços essenciais do Estado, a vida das pessoas e o regular funcionamento de outras instituições ou estabelecimentos prestadores de serviços que satisfazem necessidades sociais impreteríveis.

Impõe-se, por isso, que durante a greve, as associações sindicais que declararam a greve e os trabalhadores que a ela adiram assegurem os serviços mínimos indispensáveis para ocorrer à satisfação daquelas necessidades sociais impreteríveis, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Constituição e do n.º 1 do artigo 537.º do Código do Trabalho.

A definição de serviços mínimos indispensáveis para ocorrer à satisfação de necessidades sociais impreteríveis deve ser feita por diversos modos subsidiariamente previstos no Código do Trabalho.

Os serviços mínimos devem ser definidos por instrumento de regulamentação coletiva de trabalho ou por acordo com os representantes dos trabalhadores, nos termos do n.º 1 do artigo 538.º do referido Código.

Porém, os serviços mínimos não estão regulados em convenção colectiva aplicável, nem houve outra modalidade de acordo quanto aos mesmos serviços, entre sindicatos e a referida empresa.

O aviso prévio de greve não contém proposta de serviços mínimos, sendo que os Sindicatos propõem-se assegurar como serviços mínimos apenas os que respeitem à segurança e manutenção dos equipamentos.

Tendo em consideração a eventual necessidade de se definir os serviços mínimos por acordo com os representantes dos trabalhadores, o aviso prévio de greve que se realize em



Ministérios dos Negócios Estrangeiros, da Defesa Nacional, da Administração Interna, da Justiça, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, da Saúde e do Planeamento e das Infraestruturas

empresas ou estabelecimentos que se destinem à satisfação de necessidades sociais impreteríveis deve conter uma proposta de serviços mínimos, de acordo com o n.º 3 do artigo 534.º do Código do Trabalho.

Uma vez que não houve acordo anterior ao aviso prévio sobre a definição dos serviços mínimos, os serviços competentes do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social promoveram uma reunião entre os Sindicatos e a empresa tendo em vista a negociação de acordo sobre os serviços mínimos a prestar e os meios necessários para os assegurar, em cumprimento do n.º 2 do citado artigo 538.º.

Nessa reunião, todavia, não foi possível chegar a acordo sobre os serviços mínimos a prestar.

Nestas circunstâncias, a definição dos serviços mínimos e dos meios necessários para os assegurar compete aos ministros responsáveis pela área laboral e pelo setor de atividade em causa.

Assim, nos termos do n.º 1, da alínea *a)* do n.º 2 e do n.º 3 do artigo 537.º e da alínea *a)* do n.º 4 do artigo 538.º do Código do Trabalho, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Ministro da Defesa Nacional, a Ministra da Administração Interna, a Ministra da Justiça, o Ministro da Saúde, o Secretário de Estado das Infraestruturas, ao abrigo da delegação de competências que lhe foi conferida pelo Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, nos termos do Despacho n.º 2311/2016, de 1 de fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 32, de 16 de fevereiro de 2016 e o Secretário de Estado do Emprego, ao abrigo da delegação de competências que lhe foi conferida pelo Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, nos termos do n.º 1 do Despacho n.º 1300/2016, de 13 de janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 18, de 27 de janeiro de 2016, determinam o seguinte:

1. Durante o período de greve declarada pelos sindicatos na MEO Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A., os referidos sindicatos e os trabalhadores



Ministérios dos Negócios Estrangeiros, da Defesa Nacional, da Administração Interna, da Justiça, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, da Saúde e do Planeamento e das Infraestruturas

aderentes à greve, devem assegurar a prestação dos serviços mínimos indispensáveis a:

- a) Instalação e reparação inadiáveis de avarias nos meios de telecomunicações que se verifiquem em instalações das seguintes entidades para as quais a MEO, Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. assegure a prestação de serviços:
  - i) Presidência da República, Assembleia da República, Presidência do Conselho de Ministros, Procuradoria-Geral da República, Ministérios, Tribunais e Serviços Prisionais;
  - ii) Instituições de defesa, segurança e ordem pública: entidades militares nacionais e estrangeiras, Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Polícia Judiciária;
  - iii) Embaixadas e consulados;
  - iv) Hospitais, clínicas, maternidades, centros de atendimento médico permanente, serviços de sangue, Instituto Nacional de Emergência Médica, rede de abastecimento de medicamentos, Instituto de Medicina Legal e Ciências Forenses, Autoridade Nacional de Proteção Civil, corporações de bombeiros, Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, Instituto Português do Mar e da Atmosfera, serviços de aeronáutica civil, serviços de administração de portos, circuitos de alarme;
- b) Serviços de comunicações de avarias e de comunicações assistidas;
- c) Chamadas de emergência;
- d) Manutenção e segurança de equipamentos e instalações de assistência aos alarmes de equipamentos centrais ou outros, para reparação de avarias que possam bloquear o funcionamento dos sistemas de telecomunicações, da rede de teledifusão e da rede Web, total ou parcialmente, segurança física das



Ministérios dos Negócios Estrangeiros, da Defesa Nacional, da Administração Interna, da Justiça, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, da Saúde e do Planeamento e das Infraestruturas

instalações e edifícios da empresa, de modo a evitar situações que ponham em causa os serviços mínimos referidos;

- e) Funcionamento do Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP) e da Rede Nacional de Segurança Interna (RNSI).
2. Os meios humanos necessários para assegurar os serviços mínimos referidos no número anterior são os resultantes da organização técnica do trabalho na empresa, com cumprimento das disposições sobre prestação de trabalho em condições normais.
3. Os meios necessários são, além dos disponíveis em regime de prevenção, os que possam vir a ser considerados imprescindíveis para assegurar os serviços mencionados.
4. Os meios humanos referidos no n.º 2 são designados pelos sindicatos que declararam a greve nas 24 horas após a notificação do presente despacho ou, se estes não o fizerem, deve a empresa proceder a essa designação.
5. Transmitem-se de imediato ao Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações e Audiovisual (SINTTAV), ao Sindicato dos Trabalhadores da Portugal Telecom (STPT), ao Sindicato Democrático dos Trabalhadores dos Correios, Telecomunicações, Media e Serviços (Sindetelco), ao Sindicato dos Quadros das Comunicações (SINQUADROS), ao Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios, Telecomunicações, Media e Serviços (SNTCT), ao Sindicato dos Engenheiros (SERS), ao Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações e Comunicação Audiovisual (STT), ao Sindicato Nacional dos Engenheiros, Engenheiros Técnicos e Arquitetos (SNEET) e ao Sindicato Nacional de Quadros das Telecomunicações (TENSIQ) e à MEO Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A., para os efeitos dos n.os 6 e 7 do artigo 538.º do Código do Trabalho.



Ministérios dos Negócios Estrangeiros, da Defesa Nacional, da Administração Interna, da  
Justiça, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, da Saúde e do Planeamento e das  
Infraestruturas

O Ministro dos Negócios Estrangeiros

(Augusto Santos Silva)

O Ministro da Defesa Nacional

(José Azeredo Lopes)

A Ministra da Administração Interna

(Constança Urbano de Sousa)

A Ministra da Justiça

(Francisca Van Dunem)

O Ministro da Saúde

(Adalberto Campos Fernandes)

O Secretário de Estado das Infraestruturas

(Guilherme D' Oliveira Martins)

O Secretário de Estado do Emprego

(Miguel Filipe Pardal Cabrita)